



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679888 - SP (2021/0218226-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARCELO TADEU MAIO E OUTRO
ADVOGADOS : MARCELO TADEU MAIO - SP244974
MARIA DE FATIMA MEDEIROS DE SANTANA - SP136749
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : RITA DE CASSIA RIBEIRO MARQUES (PRESO)
CORRÉU : VILSON JOSE LONGUINHO DA SILVA
CORRÉU : CLAUDIO FOLGONI
CORRÉU : THIAGO RIBEIRO MARQUES

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RITA DE CASSIA RIBEIRO MARQUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (Apelação Criminal n. 0012904-70.2007.4.03.6181/SP).

A paciente foi condenada à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial semiaberto pela prática do delito do art. 16 da Lei n. 7.492/86 e do art. 22, parágrafo único, primeira parte, da Lei n. 7.492/86, c/c o art. 71 do Código Penal.

Alega a impetrante, em síntese, que deve ser deferido à ora paciente o cumprimento da pena em prisão albergue domiciliar, haja vista que se enquadra no grupo de risco da covid-19, tem mais de 60 anos, problemas de coluna e enfisema pulmonar.

Requer liminarmente que a paciente aguarde o julgamento em regime aberto domiciliar e, no mérito, a concessão da ordem definitivamente para que cumpra a pena em prisão domiciliar enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente